



# Tragédia moral

► **É preciso reconhecer a profunda humilhação imposta à sociedade pela divulgação do vídeo da reunião ministerial**

Tudo bem considerado, é preciso reconhecer a profunda humilhação imposta à sociedade brasileira pela divulgação do vídeo que se supunha seria de uma “reunião ministerial”. A revelação nua e crua de como pensa e como se comporta o estranho grupo que chegou ao poder democraticamente, numa disputa em que os eleitores exerceram as suas vontades sem nenhum constrangimento externo, é nada menos que uma tragédia moral. Trata-se, infelizmente, do resultado derivado da escolha dos preconceitos pessoais do presidente Bolsonaro, que recebeu 39% dos votos dos cidadãos que em novembro de 2018 estavam habilitados e foram votar. Entender por que o preferiram fará a glória de muitos mestres e doutores em suas teses futuras explorando a psicologia da massa brasileira.

**Enquanto essa literatura** sofisticada não chega, talvez sirva uma explicação pedestre. Bolsonaro descobriu, antes de politicomaníacos conhecidos, que uma importante e crescente parte da população cristã, fisicamente visível no rápido crescimento da representação evangélica na Câmara, estava profundamente descontente com a “corrupção de costumes” que ela via e atribuía ao pensamento “politicamente correto” propagado por uma “certa” mídia. Somava-se a ela

outra, laica, mas não menos importante, cansada e enjoada com a “corrupção” gerada no incesto entre agentes públicos e empreiteiros, revelado pela Operação “Lava Jato”, que é um ponto de inflexão na nossa história política. No primeiro turno obteve resultados surpreendentes, com mínimos recursos, graças à sua mensagem fortíssima: “Vamos mudar tudo o que está aí”. No segundo, teve o reforço ostensivo do mito lavajata que agora o abandonou.

Como conseguiu transformar essa esperança na frustração que assistimos é uma longa história, que vale a pena lembrar quando ele tenta salvar o seu governo procurando o caminho que deveria ter tomado em novembro de 2018.

À medida que evidências empíricas vão aparecendo, confirma-se o fato de que as políticas fiscal e monetária iniciadas no governo Temer para enfrentar a tragédia fiscal que recebeu como herança produziram resultados satisfatórios, mas modestos.

Mas, na organização do exercício da política republicana, houve uma melhora abissal. Temer, professor de direito constitucional, administrador experimentado e político refinado, coordenou uma mudança radical nas relações entre o Executivo e o Legislativo que haviam acabado de gerar o lastimável impedimento da presidente Dilma. Auxiliado por uma Casa Civil muito competente, organizou, rapidamente, uma espécie de parlamentarismo de ocasião que facilitou a mudança da política econômica, aprovou a reforma trabalhista e, o que parecia impossível, a lei do teto de gastos. Até hoje esta é, ainda, a âncora que dá sustentação à crença de que continuaremos a caminhar para um razoável equilíbrio fiscal. É sempre bom lembrar que não se aprovou a imprescindível

reforma da Previdência pelo comportamento insensato de um dipsomaniaco confesso. Atrasou-se, assim, em pelo menos dois anos, a importante reforma da Previdência, com incomensuráveis danos ao equilíbrio fiscal do País.

De qualquer forma, isso não impediu que Bolsonaro herdasse uma situação econômica muito melhor do que a de 2016. Tanto é assim que no início de 2019 havia fundadas expectativas de que poderíamos, depois de cinco anos de decréscimo anual do PIB *per capita* de 1,5%, ter um crescimento do PIB *per capita* de 2%. Aprovou-se, afinal, a reforma da Previdência graças ao protagonismo de Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, apesar do “corpo mole” do presidente com relação à área militar e polícias.

**Mas por que** se frustrou o crescimento esperado de 2% e terminamos 2019 com uns mísero 0,3%, abaixo da média de 0,5% de Temer? Porque o presidente e sua Casa Civil, a pior da história da República, inventaram a “nova política”, aquela que ignora a política, ou melhor, aquela que nega o exercício da política porque supõe que a Constituição “sou Eu!”, o que tornou o País inadministrável. Tenta fazer, em maio de 2020, o que deveria ter feito em novembro de 2018. A história recente mostra que a coordenação entre o Executivo e o Legislativo é condição necessária para a existência da própria democracia. Lembremo-nos que foi o “Centrão” que aprovou, republicaneamente, as reformas de 2016-2019.

Afinal, como conviver com a contradição de, por um lado, defender intransigentemente a democracia e, por outro, condenar intransigentemente a necessária divisão de poder com o Congresso para administrar bem o Estado? ●

[redacao@cartacapital.com.br](mailto:redacao@cartacapital.com.br)